

ATA Nº 01/2021, DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE RECUPERAÇÃO DOS BENS AMBIENTAIS LESADOS - CRBAL.

No dia 03/11/2021, as 15 horas, no Gabinete de Gestão da Informação, 2º andar do Palácio Iguazu, conforme indicado na convocação encaminhada via e-mail com 15 dias de antecedência aos participantes, reuniram-se em evento híbrido (presencial e virtual), sob a presidência do primeiro, os conselheiros Marcio Fernando Nunes – Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Norberto Ortigara – Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Everton Luiz da Costa Souza – Diretor Presidente do Instituto Água e Terra, Nelson Gomez – Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, Marcos Domakoski – Presidente do Movimento Pró-Paraná, Letícia Ferreira da Silva – Procuradora Geral do Estado e Gilberto Giacoia – Procurador Geral da Justiça, os cinco primeiros de forma presencial e os dois últimos de forma virtual.

O Presidente Márcio Nunes abriu a reunião saudando e dando as boas-vindas aos conselheiros. Em seguida explicou que, por deferência, também foram convidados a participar da reunião os conselheiros do Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA, sem poder de deliberação, Marcio Fernando Nunes, Leticia Ferreira da Silva, Norberto Ortigara, Everton Luiz da Costa, Valdemar Bernardo Jorge – Secretário de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes e Luciano Loyola – representante eleito dos servidores do IAT, que compõem o Conselho de Administração do IAT - Instituto Água e Terra.

Ressaltou a missão que recai sobre os ombros dos conselheiros na análise e aplicação dos recursos em benefício a população do Paraná, decorrentes do acordo judicial assinado com a Petrobras.

Em seguida, indicou e deu posse ao Professor Eugenio Libreloto Stefanelo, como Secretário Executivo do Conselho.

Passou a palavra para o Secretário Executivo que agradeceu a escolha, ressaltou que o convite aos conselheiros do Conselho de Administração do IAT foi para tomarem ciência da criação do Conselho de Recuperação dos Bens Ambientais Lesados e que toda a documentação referente a criação e a nomeação dos participantes desse último, bem como a minuta do Regimento Interno, foram encaminhadas previamente via e-mail. Uma cópia dessa mesma documentação foi distribuída e entregue aos conselheiros presentes na reunião. Na sequência, fez a chamada nominal dos participantes do conselho para contagem do quórum e registro da presença da totalidade dos mesmos, cinco de forma presencial e dois de forma virtual, sendo aprovado o registro da presença independente de assinatura em lista de presença.

Devolvida a palavra ao Presidente Marcio Nunes, antes de dar posse aos conselheiros, concedeu a palavra solicitada pelo conselheiro Gilberto Giacoia para registrar que a composição sugerida pela lei e decreto regulamentador assinado pelo Governador do Estado, a representação do Ministério Público é privativa e indelegável do Procurador Geral da Justiça. No entanto, a subprocuradoria jurídica da Procuradoria Geral da Justiça está balizando e efetuando o cotejo com os regramentos estabelecidos pelo Conselho Nacional do Ministério Público, que veda a representação do titular do Ministério Público em órgão consultivo ou participante de deliberações incompatíveis com suas funções de controle constitucional. E sua tomada de posse ficaria assim condicionada a ultimação prévia dessa análise e estudo interno, que permita ou não o enquadramento da sua participação fora das atividades típicas do órgão. Finalizando, explicou que fez essa colocação preliminar em respeito institucional aos demais participantes do Conselho.

O Presidente Marcio Nunes agradeceu a manifestação do Procurador Geral, ressaltou que sua inclusão no Conselho seguiu o que rezam as leis federal e estadual, mas devido aos ritos formais e a urgência na deliberação sobre os recursos já depositados em conta, bem como aos prazos orçamentários estabelecidos pela Secretaria de Finanças, faz a posse dos Conselheiros respeitando a participação condicionada do Procurador Geral. E em havendo os impedimentos legais apontados, a legislação estadual pertinente deverá ser revista e adequada posteriormente, mas sempre ressaltando a importância da participação do Ministério Público.

O conselheiro Norberto Ortigara, pedindo a palavra, solicitou que fosse dada a posse aos conselheiros, ressaltando que faltam apenas 37 dias para finalizar o prazo de empenho dos recursos, mas sem comprometer as instâncias de poder do Procurador Geral. E caso a figura do Procurador Geral não pudesse participar, seriam encaminhados posteriormente as modificações legislativas necessárias, para evitar novas postergações na aplicação desses recursos, sugestão que recebeu o de acordo do Procurador Geral, inclusive compreendendo, como também já tinha manifestado, a celeridade que o momento exige.

A conselheira Letícia Ferreira da Silva fez a ponderação que esse Conselho decidirá sobre a aplicação dos recursos oriundos do acordo judicial celebrado com a Petrobras e, no acordo, a presença de um membro do Ministério Público se faz fundamental e assim ficou pactuado.

O Presidente Marcio Nunes, ato contínuo, procedeu a leitura dos nomes e cargos dos membros do Conselho e deu posse aos mesmos, ressalvada a situação apontada pelo Procurador Geral da Justiça, e aceita. Lembrou que o IEP é um dos órgãos privados mais longevos do Estado e com enormes benefícios prestados a toda a sociedade. Também ressaltou que o Movimento Pró-Paraná foi criado pelo saudoso jornalista Francisco Cunha Pereira, bem como a qualidade e a representatividade dos seus membros, além de ambas as instituições serem da sociedade civil e sem fins lucrativos.

Na sequência, passou a leitura da ordem do dia. Primeiro, a posse já realizada dos conselheiros; segundo, a aprovação do Regimento Interno; e terceiro, em assuntos gerais, a inscrição dos que desejam fazer uso da palavra e a definição da data da próxima reunião extraordinária do Conselho.

Pela ordem foram inscritos Rafael Andriguetto, diretor do IAT, Edineia Ribeiro Alkamin, da Procuradoria Jurídica da SEDEST, Nelson Gomez, Presidente do IEP e Marcos Domakoski, Presidente do Movimento Pró-Paraná.

Dando continuidade, o Presidente colocou em discussão a minuta do Regimento Interno, distribuída e encaminhada previamente aos membros do Conselho. Sem manifestações, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.

Após, cedida a palavra, a Procuradora Edineia Alkemin, fez uma explanação sobre o Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA, cuja origem está no artigo 207 da Constituição Estadual. Em 2000, devido ao derramamento de óleo da Petrobras, foi instituído pela lei 12.945, de 05/09/2000, e alterações posteriores (Lei 17.134, de 25/04/2012 – BIOCREDITO; Lei 20.087, de 18/12/2019; Lei 20.742, de 05/10/2021, regulamentada pelo decreto 5.810/2020 e alterado pelo decreto 9.108/2021. O fundo tem natureza contábil, sem personalidade jurídica. É administrado pelo IAT, mediante Plano de Aplicação dos recursos aprovados previamente pelos Conselhos. O FEMA é constituído por dois conselhos, tendo em vista que uma das fontes dos recursos é decorrente de condenações em ações civis públicas, disciplinadas pela lei federal 7.347 de 1985. Essa dispõe que o conselho deverá ter a participação do Ministério Público e das entidades

privadas sem fins lucrativos. O Conselho de Administração do IAT aprova as aplicações dos recursos decorrentes de multas ambientais e do BIOCRÉDITO. O Conselho de Recuperação dos Bens Ambientais Lesados aprova a aplicação dos recursos decorrentes de ações civis públicas e tem na sua composição os conselheiros anteriormente nominados em empossados.

Concedida a palavra a Rafael Andriguetto, ele apresentou os programas abrangidos pela macroaplicação dos recursos, dentro da Política Estadual do Meio Ambiente, mas sem caráter deliberativo nessa reunião. A política tem como base estrutural a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, com os 17 ODS, a Declaração de Edimburgo e a Race to Zero de Mudanças Climáticas. O monitoramento e acompanhamento se dá pelo comitê público privado de monitoramento de ESG instituído pelo Governo do Estado.

Explicou que nesses quase três anos de governo foram aprovadas a lei sobre o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, a lei sobre o Paraná Mais Verde, a lei sobre o Fórum de Mudanças Climáticas, além das normas infralegais como o Descomplica Rural e o Paraná Energia Sustentável. Em tramitação estão os projetos de lei sobre Saúde Única Animal, o ICMS Sustentável e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, além do projeto sobre Política Estadual do Carbono.

Expos que a SEDEST desenvolve sua ação dentro de Iniciativas, como Paraná Energia Sustentável, Descomplica Rural e Desenvolvimento Tecnológico; Projetos, como Sinais da Natureza, Catrapet, Parques Paraná, Pró-fauna, Rio Vivo e Patrulha Ambiental; e Programas, como Educação Ambiental, Resíduos Sólidos, Paraná Mais Verde, Mudanças Climáticas, Combate a Erosão e Água no Campo. Envolvendo essa base de ação da SEDEST, com interface e ligação com outros programas tocados pelas demais secretarias de Estado, como da SEAB, passou a discorrer sobre a Proposta de Aplicação dos recursos decorrentes do acordo judicial assinado com a Petrobras.

Ressaltou que os recursos estão distribuídos em quatro grandes linhas de aplicação:

1 Em Unidades de Conservação e Proteção Integral e Corredores Ecológicos: ao menos 40% ou R\$ 372.489.883,96, sendo 65% em Unidades de Conservação Estadual (R\$ 223.493.930,38) e 35% em Unidades de Conservação Federal (R\$ 148.995.953,58).

2 Até 50% ou R\$ 465.612.354,96 para desenvolvimento, implantação e execução de projetos e programas em todo o Estado do Paraná, sendo: no mínimo R\$ 93.122.470,99 em recuperação ambiental de encostas, margens de rios e áreas de mananciais; no mínimo de R\$ 93.122.470,99 em recuperação de áreas degradadas; no mínimo de R\$ 93.122.470,99 em recuperação de áreas de preservação permanente ou áreas de risco; em acessos fluviais e marítimos; no máximo R\$ 232.806.177,48 em redução da geração de resíduos sólidos; no máximo R\$ 232.806.177,48 em parques públicos urbanos, viveiros florestais e CETAS; no máximo R\$ 232.806.177,48 em demais itens do atual artigo 5 de lei estadual 12.945/2000.

3 Em projetos no município de Araucária: R\$46.561.235,48

4 Em projetos na bacia hidrográfica do Alto Iguaçu: R\$46.561.235,48

Totalizando, no somatório, R\$ 931.224.709,88

A primeira parcela foi depositada em outubro do corrente ano, sendo na linha 1 R\$ 93.122.490,99; na linha 2 R\$ 116.403.088,74; na linha 3 R\$ 11.640.308,87 e na linha 4 R\$ 11.640.308,87. As demais parcelas restantes serão depositadas em janeiro, abril e julho de 2022.

Na linha 1, os recursos se destinam a implementação, ampliação, proteção, estruturação, fiscalização e regularização fundiária de Unidades de Conservação e Proteção Integral Estaduais e Federais e Corredores Ecológicos, dentro das seguintes atividades:

- Projeto Parques Paraná: elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação federais e estaduais; e implantação de infraestrutura náutica.

-Rio Vivo: controle de erosão e encostas, proteção e recuperação de nascentes; e conservação, adequação e pavimentação de estradas visando a conservação do solo e da água.

-Paraná Sem Lixão: kits de equipamentos de coleta seletiva; triturador de galhos; e barracões industriais para coleta seletiva.

-Paraná Mais Verde: reestruturação de viveiros; parques urbanos; Pró-fauna; e relocação de famílias em situação de risco.

- Fiscalização ambiental.

Sobre esses programas é importante ressaltar que existe uma resolução conjunta SEMA/IAP, número 05/2009, que estabelece e define o mapeamento das Áreas Estratégicas para Conservação e Restauração da Biodiversidade no Estado do Paraná – AECR, visando a formação de corredores ecológicos, bem como a conservação dos remanescentes de vegetação natural. Dos 399 municípios do Estado, 301 são integrantes desses corredores ecológicos. E conjugam, dentro dos Corredores Ecológicos, as Unidades de Conservação e Proteção Integral, estaduais e Federais, bem como as de Uso Sustentável.

Na linha 2, que contempla a aplicação em implantação e execução de projetos ou programas em todo o Estado do Paraná, as atividades previstas são:

- Projeto Parques Paraná: implantação de infraestrutura náutica.

-Rio Vivo: tubos de drenagem; controle de erosão e encostas; poços artesianos; proteção e recuperação de nascentes; e conservação, adequação e pavimentação de estradas visando a conservação do solo e da água.

- Patrulha Ambiental: caminhão coletor baú; caminhão coletor compactador; caminhão limpa fossa; caminhão pipa e caminhão poliguindaste.

-Paraná Sem Lixão: kits de equipamentos de coleta seletiva; triturador de galhos; barracões industriais para coleta seletiva; e consórcios intermunicipais e Inovação.

-Paraná Mais Verde: reestruturação de viveiros; parques urbanos; Pró-fauna; e relocação de famílias em situação de risco.

- Fiscalização ambiental.

- Desenvolvimento tecnológico e ambiental.

Na linha 3, os projetos devem ser apresentados pelo município de Araucária.

Na linha 4, que abrange a região do Alto Iguaçu, os programas e projetos previstos são:

-Rio Vivo: controle de erosão e encostas; proteção e recuperação de nascentes; e conservação, adequação e pavimentação de estradas visando a conservação do solo e da água.

- Patrulha Ambiental: caminhão coletor baú; caminhão coletor compactador; caminhão limpa fossa; caminhão pipa e caminhão poliguindaste.

-Paraná Sem Lixão: kits de equipamentos de coleta seletiva; triturador de galhos; e barracões industriais para coleta seletiva;

-Paraná Mais Verde: parques urbanos; e relocação de famílias em situação de risco.

Ressaltou também que todos esses programas e projetos tem suas fichas técnicas constituídas, que serão encaminhadas aos conselheiros e apresentou, em fotos, um breve resumos das atividades em execução e constantes das fichas técnicas de cada um.

Em seguida, o conselheiro Norberto Ortigara, para deixar claro, ressaltou a existência das seguintes linhas de aplicação: uma em Araucária, uma nos 20 municípios componentes do Alto Iguaçu e outra em todas as regiões do Estado.

O Presidente Marcio Nunes lembrou também que a OCDE reconheceu o Paraná como um dos Estados mais sustentáveis do Brasil e que no Índice de Competitividade dos Estados o Paraná é o número 1 (hum) do Brasil até outubro de 2022, quando o novo ranking será publicado. E a lição do ex governador Jaime Lerner de que se quisermos fazer as coisas façamos as mais simples, ou seja a aplicação dos recursos nos programas já em andamento no Estado.

Em continuidade, passou a palavra ao conselheiro Marcos Domakoski, que saudou os presentes, agradeceu a confiança depositada no Pró-Paraná pelo governador do Estado, bem como a sua não participação na COP 26 para participar da posse nesse Conselho. Descreveu sua formação como Engenheiro Civil, professor aposentado na UFPR e sua participação em diversos eventos nacionais e internacionais, como o de 2004, quando foi o primeiro signatário do sul do Brasil no Pacto Global da ONU, em Nova York, que estabeleceu os ODS. Foi um dos 40 integrantes que estavam na França, em 2005, estabelecendo a pauta do G 8 que se reuniria na Escócia na semana seguinte. Também, em 2007, esteve no encontro com o Secretário Geral da ONU, em Genebra, quando os fundadores do Pacto Global questionaram sobre a continuidade do referido Pacto. O Secretário não só confirmou a continuidade do mesmo como também criou o movimento Carry for Climate, focado nas questões do meio ambiente e aquecimento global. Afirmou que essas questões relacionadas ao ambiente se resolvem com vontade política, recursos e bons programas e projetos, presentes na situação atual, além de superar questões burocráticas.

O conselheiro Nelson Gomez também agradeceu a confiança do governador pela escolha do IEP como participante desse Conselho. Ressaltou as contribuições do IEP e do Pró-Paraná no encaminhamento de soluções a vários problemas existentes no Paraná. Discorreu sobre sua formação como Engenheiro Eletricista, mestrado em Administração na UFPR, e mais recentemente graduado em Direito e Análise de Sistemas. Apresentou a entidade IEP, com 96 anos de fundação, que fundou o CONFEA/CREA, congrega quatro mil engenheiros de todo o Brasil e é exemplo para as demais entidades coirmãs existentes em outros Estados. Também que o IEP tem uma Câmara Técnica de Meio Ambiente, que discute todas as questões ambientais e orienta as decisões tomadas pelo Presidente. Ressaltou, finalmente, que todos os projetos e programas contemplados com recursos sejam aderentes ao previsto no acordo judicial e que os montantes disponíveis de recursos, por serem atualizados com o passar do tempo, tenham uma mesma base de dados.

O conselheiro Norberto Ortigara ressaltou que os recursos em questão podem colocar o Paraná em outro patamar em relação a sustentabilidade. Relatou os avanços alcançados pelas melhores

técnicas atuais de produção e uso do espaço territorial, comparativamente as do passado, bem como pelo conjunto de programas em desenvolvimento no Estado, muito bem explicados pelo Rafael Andriguetto. Sua equipe da SEAB também analisou e forneceu a SEDEST um conjunto de ideias sobre os programas ambientais mais recomendados, que felizmente coincidem com os programas que foram apresentados nessa reunião. Solicitou ainda que tais programas sejam bem executados para continuarmos no jogo da economia e do comércio mundial, mitigando os problemas ambientais decorrentes e baseados nos princípios da ciência.

O Presidente Marcio Nunes, considerando os depósitos em conta da primeira parcela dos recursos, a demanda pelos municípios e a resolução SEFA 1.110/21 que regulamenta os procedimentos para o encerramento do exercício financeiro de 2021, solicitou autorização aos conselheiros para fazer a convocação de uma reunião extraordinária deliberativa, na próxima segunda-feira dia 08 de novembro, às 15 horas, presencialmente ou de forma virtual, nesse mesmo local (GGI).

A conselheira Letícia Ferreira da Silva levantou a exiguidade de tempo para fazer a análise das fichas técnicas de todos os programas e projetos, com a devida distribuição dos recursos. Sem outras manifestações em contrário pelos demais conselheiros, ficou marcada e convocada a reunião para a data, horário e local anteriormente apontados.

O conselheiro Everton Luiz da Costa Souza fez referência a esse momento histórico, com a ampliação das ações que estão sendo e serão executadas em prol do desenvolvimento e da população do Paraná. Rendeu homenagem a toda a equipe de trabalho e de colaboradores da SEDEST e suas vinculadas, pelo esforço empenhado na condução de todos os programas e projetos e na formulação dos embasamentos técnicos necessários ao estabelecimento dos mesmos.

Finalmente, o Presidente Marcio Nunes ressaltou a busca permanente do necessário equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental. E nada mais tendo a tratar, agradeceu a presença de todos os conselheiros e encerrou a reunião.